



Cidades atlânticas querem prioridade para o Corredor Atlântico

O presidente das Cidades do Arco Atlântico, José Maria Costa, apelou ontem aos Governos de Portugal, Espanha e França que o Corredor Atlântico seja considerado uma «prioridade» no futuro programa de investimentos europeus.

«Um dos grandes objetivos do corredor Atlântico é promover uma boa coordenação dos investimentos de modo a harmonizar as características técnicas das infraestruturas ao longo dos três países», sustentou o responsável durante a reunião "O futuro do Arco Atlântico: uma visão local", que decorreu, ontem, em Bruxelas.

Numa nota enviada à



José Maria Costa destaca a importância do Corredor Atlântico

imprensa, o também presidente da Câmara de Viana do Castelo, referiu que o corredor Atlântico «es-

tabelece a ligação entre os portos marítimos de Sines, Setúbal, Lisboa, Aveiro e Leixões, em Portugal, Al-

géciras, Bilbao e Pasajes, em Espanha, Baiona, Nantes, La Rochelle e Le Havre, assim como aos por-

tos fluviais de Bordéus, Rouen e Strasburgo, em França».

Segundo o também presidente da Comunidade Intermunicipal (CIM), o corredor Atlântico permite «ligar as capitais dos parceiros, Lisboa, Madrid e Paris, ao leste de França, a Mannheim e subsequentemente às regiões norte e oriental da Europa».

Aquela ligação integra ainda «parte do corredor homónimo integrado na Rede Core da Rede Trans-europeia de Transportes (RTE-T) e está ligado ao corredor Mediterrâneo, em Madrid e em Saragoça, e ao corredor do Mar do Norte-Mediterrâneo, em Paris e Metz».

A extensão do corredor Atlântico até à Alemanha «permite articulações diretas com outros dois corredores, o Reno-Alpes e o futuro Reno-Danúbio, aumentando, deste modo, o seu alcance».

José Maria Costa, que é também presidente da Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças (RIET), explicou que são «mais de seis mil quilómetros de extensão» que devem ser considerados uma prioridade por «garantirem a coesão territorial, melhorarem a acessibilidade das regiões e fomentarem o desenvolvimento das regiões periféricas e transfronteiriças».

Redação/Lusa